

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT05.008

FREIRA SUBVERSIVA? A VIDA RELIGIOSA DE IRMÃ MAURINA BORGES FRENTE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1964-1985)

Derllânio Telecio da Silva¹

RESUMO

O presente artigo analisa, sob a ótica da História Social das Religiões, a vida religiosa feminina e resistência durante a Ditadura civil-militar no Brasil. Como recorte temporal, foi delimitado o período entre 1964 a 1985, desde a queda do governo de João Goulart (Jango) até o fim do período ditatorial. Esta investigação busca contribuir com os estudos sobre as relações entre Ditadura e Igreja no Brasil. Além disso, as relações de gênero e Igreja são postas em debate. As novas posturas da Igreja Católica frente a vida religiosa feminina são colocadas em debates no corpo deste trabalho. Este artigo busca problematizar a emancipação, participação e protagonismos de mulheres religiosas frente a ações sociais e políticas, como é o caso da Irmã Maurina Borges da Silveira (1924-2011), freira perseguida, violentada e exilada durante o período de Ditadura civil-militar no país. Como aportes, utilizaremos textos bibliográficos, jornais e documentos escritos que elucidam o envolvimento de mulheres religiosas em movimentos contra a Ditadura civil-militar no Brasil. O intuito deste trabalho é problematizar a participação efetiva de Maurina Borges em manifestações, passeatas, desfiles e eventos contrários ao regime militar instaurado no país no recorte temporal aqui delimitado. Frente ao exposto, as

1 Mestre do Curso de História da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, derllaniotelecio@hotmail.com.

práticas religiosas dessa freira progressista é o fio condutor das aquietações aqui postas.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar, Irmã Maurina Borges, Vida Religiosa Feminina.

INTRODUÇÃO

A Igreja Católica é amplamente reconhecida como um importante agente social e político. Nesse contexto, desempenha um papel central na formação e manutenção de relações de poder, tanto dentro quanto fora do seu próprio âmbito religioso. No caso do Brasil, pode-se afirmar que esta é uma das instituições mais influentes de toda a história nacional. Entretanto, a Igreja sempre esteve permeada por discursos e práticas de dominação masculina, o que revela um caráter marcadamente androcêntrico. A cultura patriarcal, profundamente enraizada em sua estrutura e tradição, reflete-se na hierarquia institucional, que privilegia os religiosos homens. Ao longo dos séculos, as mulheres foram sistematicamente silenciadas, excluídas e desvalorizadas – dentro e fora dos espaços eclesiais. Diante disso, é pertinente questionar: será que, ainda hoje, essas mulheres continuam a carregar o peso simbólico da “culpa” de Eva?

Com a consolidação do sistema capitalista, o determinismo biológico destacou-se como um dos principais responsáveis por reforçar a divisão entre as esferas pública e privada. Os homens, considerados úteis, inteligentes e racionais, foram associados ao espaço público, atuando predominantemente nas áreas da administração, da política e da economia. Por outro lado, as mulheres, relegadas à esfera privada, foram socialmente induzidas a desempenhar papéis de docilidade e submissão, sendo educadas para o lar e o matrimônio (Belloti, 2007, p. 1).

O caráter conservador da Igreja Católica tem contribuído para a manutenção das desigualdades de gênero, uma vez que reafirma os princípios do determinismo biológico. No interior da instituição, o feminino é frequentemente concebido como elemento secundário nas relações sociais, sendo destinado às mulheres um lugar de subserviência e silêncio.

As disparidades de gênero, tanto dentro quanto fora da Igreja Católica, permaneceram evidentes ao longo do tempo. Tais assimetrias – expressas em disputas, violências, conchavos, imposições e hierarquias – continuaram a resistir durante a segunda metade do século XX. Nesse período,

especificamente entre 1964 e 1985, o Brasil vivenciou a Ditadura Civil-Militar, marcada por intensas tensões políticas, censura, repressão, tortura e conflitos ideológicos.

Para o historiador Daniel Aarão (2000) o termo “Ditadura Militar” é um equívoco, uma vez que parte considerável da sociedade civil, empresarial e eclesiástica foram coniventes com o regime ditatorial que se instaurou no Brasil, em 1964, com a queda de João Goulart. Assim,

As direitas saudaram nas ruas a vitória imprevista. Uma grandiosa Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, com centenas de milhares de pessoas, no Rio de Janeiro, comemorou o golpe militar e festejou a derrocada de Jango, das forças favoráveis às reformas e do projeto nacional estatista que encarnavam (Aarão Reis, 2000, p. 29).

Haja vista que, por um lado, parte significativa da sociedade civil, do empresariado e da própria instituição eclesiástica apoiou o golpe de 1964, consolidando o regime autoritário. Por outro lado, havia segmentos sociais profundamente insatisfeitos com a instalação e manutenção da Ditadura Civil-Militar. É a partir desse contexto que o presente artigo se propõe a analisar a trajetória de resistência de uma freira, cuja atuação se fundamentou no caráter progressista de setores da Igreja Católica, diante dos conflitos e tensões políticas decorrentes do regime ditatorial instaurado no Brasil entre 1964 e 1985.

Nesse cenário, a Igreja Católica apresentou-se como um espaço ambíguo: enquanto parte de sua hierarquia legitimava o poder militar e seus métodos repressivos, emergiam também movimentos eclesiais comprometidos com os direitos humanos, com a justiça social e com a defesa dos marginalizados. É nesse ambiente de contradições que se insere a figura da Irmã Maurina Borges da Silveira, cuja resistência simboliza a luta de mulheres religiosas que, impulsionadas pela fé e por um senso ético de justiça, enfrentaram o autoritarismo e contribuíram para a construção de uma consciência crítica no interior da própria Igreja.

METODOLOGIA

Metodologicamente, este estudo ancora-se na História Social das Religiões, buscando compreender a experiência religiosa feminina sob a perspectiva de uma história “vista de baixo”, isto é, a partir das vivências e resistências de sujeitos historicamente marginalizados. Adota-se como método o materialismo histórico-dialético e, como fundamento teórico, o marxismo, compreendido não apenas como instrumento de crítica econômica, mas também como lente interpretativa das relações sociais, políticas e simbólicas. Nessa perspectiva, a História Social das Religiões não se limita a interpretar as práticas religiosas como simples “máscaras” ou “reflexos” das lutas de classe, mas as entende como construções humanas complexas, marcadas por contradições e pela busca de sentidos, solidariedade, partilha e equidade. Assim, analisar as religiões a partir de uma ótica marxista significa reconhecê-las como fenômenos histórico-sociais, dotados de materialidade e inseridos em contextos específicos de produção e reprodução da vida social. Nas últimas décadas, observa-se um crescimento de pesquisas, especialmente em Programas de Pós-Graduação em História no Brasil, que se dedicam a investigar o papel social das religiões e sua relação com o poder, o gênero e a política. Seguindo essa linha, este artigo adota o materialismo histórico como eixo interpretativo, considerando que a maneira como homens e mulheres constroem e reproduzem sua existência social e material constitui o ponto de partida essencial para a análise histórica. Desse modo, a trajetória da Irmã Maurina Borges da Silveira é examinada não apenas como caso individual, mas como expressão concreta das tensões entre fé, poder, gênero e resistência no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira.

Esta pesquisa também se insere no campo da História do Tempo Presente (HTP), vertente historiográfica que possibilita analisar o passado a partir das questões, memórias e debates que emergem no presente. Tal abordagem permite problematizar novos recortes espaciais e temporais, levando em consideração as dinâmicas sociais e a realidade dos sujeitos

históricos envolvidos. A História do Tempo Presente, nesse sentido, propõe um diálogo contínuo entre experiência, memória e historiografia, abrindo espaço para a compreensão de processos históricos ainda em disputa e para a valorização de vozes tradicionalmente marginalizadas. Assim, este estudo alinha-se aos debates que buscam dar visibilidade à história dos grupos subalternizados, silenciados e negligenciados, especialmente as mulheres religiosas que atuaram em contextos de repressão política.

Em *Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil*, Marieta de Moraes Ferreira (2000) destaca que a HTP amplia os debates historiográficos ao incorporar novas fontes e sujeitos, tendo “como característica básica a presença de testemunhos vivos”, o que permite alcançar “uma nova inteligibilidade do passado”. É a partir dessa perspectiva que se insere o objeto desta pesquisa: a trajetória da Irmã Maurina Borges da Silveira, freira que resistiu à repressão e à violência institucional durante a Ditadura Civil-Militar brasileira. A História do Tempo Presente, nesse contexto, permite não apenas recuperar as experiências religiosas de Maurina por meio da memória e de registros documentais, mas também compreender como sua atuação política e social se articulou às lutas por justiça, liberdade e direitos humanos em meio ao autoritarismo estatal.

Para a consolidação deste artigo, utilizamos como fonte principal os periódicos da época, com destaque para o *Jornal do Brasil*. Conforme analisa Tânia Regina de Luca (2008), o uso da imprensa como fonte na historiografia brasileira passou a ganhar maior relevância a partir da década de 1980, momento em que os historiadores passaram a compreender os impressos não apenas como repositórios de fatos, mas como produtos culturais e sociais, dotados de intencionalidades e mediações próprias. Ao analisá-los, deve-se considerar, segundo a autora, aspectos como: (a) a forma como esses impressos chegavam às mãos dos leitores e sua aparência física; (b) a estruturação e a divisão interna do conteúdo; (c) as relações mantidas – ou não – com o mercado editorial; (d) a presença e o papel da publicidade; e (e) o público-alvo e os objetivos a que se propunham (Luca, 2008, p. 138-139).

Nessa mesma perspectiva, Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007) argumentam que os meios de comunicação, como jornais e revistas, devem ser compreendidos como suportes de práticas sociais, pois expressam o “lugar social” e o “tempo histórico” em que foram produzidos, sendo articulados pela intencionalidade histórica que os constitui (Cruz e Peixoto, 2007, p. 258). Assim, o uso da imprensa como fonte de pesquisa histórica é fundamental não apenas pela informação que veicula, mas pela possibilidade que oferece de compreender as representações, discursos e visões de mundo de uma determinada época.

Desse modo, os periódicos analisados – especialmente o *Jornal do Brasil* – tornam-se instrumentos valiosos para interpretar as narrativas, tensões e disputas simbólicas do período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Por meio deles, é possível observar como a linguagem jornalística contribuiu para moldar percepções sobre a religiosidade, o papel da mulher e a subversão política, ao mesmo tempo em que reproduzia – ou questionava – os valores e ideologias vigentes. Portanto, as fontes da imprensa são mais do que registros do passado: constituem agentes de memória e de construção social da realidade, influenciando nossas formas de pensar, agir e compreender a história.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a segunda metade do século XX, as freiras católicas passaram a envolver-se intensamente em práticas de caridade e filantropia. Por meio desse trabalho social, essas mulheres começaram a conquistar maior visibilidade nos espaços públicos, ainda que suas ações continuassem mediadas por figuras masculinas, como padres, médicos, advogados e escritores, conforme observa Martins (2015, p. 20). O papel secundário que lhes era atribuído dentro da estrutura eclesiástica levou muitas congregações femininas a se afastarem das funções administrativas das catedrais, direcionando-se para atividades de cunho social e comunitário. No Brasil, essas congregações destacaram-se pela atuação junto aos

enfermos e às populações em situação de vulnerabilidade, configurando um novo modo de expressão religiosa feminina, ainda que sob moldes institucionais predominantemente masculinos.

O século XX marcou o auge da expansão das missões religiosas femininas, impulsionado por transformações estruturais dentro da própria Igreja Católica. Segundo Azzi (1983, p. 21), as congregações femininas assumiram papel de vanguarda no movimento de renovação pastoral, ao buscarem novos enfoques para a vida religiosa. Rosado Nunes (1985) identifica duas fases nesse processo: uma “renovação adaptativa”, entre o Concílio Vaticano II e a década de 1970, e uma “inovação criativa”, que se estendeu das décadas de 1970 a 2000. Ambas representaram momentos de modernização das estruturas conventuais, com a descentralização do poder, o fortalecimento da individualidade das freiras, a incorporação da psicologia na vida religiosa e a ampliação da autonomia pessoal e financeira das missionárias.

Essas mudanças possibilitaram o acesso das religiosas ao ensino técnico e superior, conforme suas aptidões e vocações. Muitas optaram por cursos ligados à saúde, à assistência social e à educação, áreas diretamente relacionadas às suas missões. Com isso, as freiras deixaram o confinamento conventual e passaram a exercer atividades sociais de maior alcance, sendo inclusive convidadas a substituir vigários em paróquias de pequenas cidades do interior. A atuação das congregações femininas expandiu-se para capelas, escolas, creches, hospitais e comunidades rurais, intensificando o caráter interiorano e comunitário das missões.

Do ponto de vista político, ocorreram importantes transformações nas estruturas internas das congregações. Brito e Aras (2017) explicam que o poder de decisão, antes restrito aos superiores, passou a ser democratizado, permitindo às freiras o direito ao voto. Além disso, termos hierárquicos foram substituídos: o título de “superiora” deu lugar a “coordenadora” ou “animadora”, refletindo uma nova concepção de autoridade partilhada.

A década de 1970 foi especialmente significativa para a Igreja Católica no Brasil. Após um período inicial de apoio à ascensão dos militares ao poder, muitos religiosos passaram a integrar movimentos de resistência ao regime ditatorial. Nesse contexto, emergiu a teologia da libertação, corrente teológica fundamentada em uma leitura sociológica da realidade e orientada pela “opção preferencial pelos pobres”. As comunidades eclesiais de base tornaram-se a expressão pastoral desse movimento, expandindo-se nas áreas rurais e periféricas urbanas, junto às classes populares, como destaca Nunes (2012, p. 503-504).

Ancoradas nesse novo paradigma, diversas missionárias católicas passaram a atuar de forma mais engajada politicamente, comprometendo-se com as causas sociais e com os direitos das populações marginalizadas. Algumas congregações estabeleceram parcerias com organizações não governamentais e instituições internacionais, como a Cruz Vermelha, a Visão Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), para desenvolver ações de assistência e promoção humana. Entretanto, essa aproximação com os movimentos populares também gerou tensões com as autoridades civis e eclesiásticas. Cubas (2017) aponta que muitas missionárias católicas participaram de manifestações e passeatas contrárias ao regime militar. Rosado Nunes (2012) reforça que freiras influenciadas pelos ideais da teologia da libertação fizeram firme oposição à ditadura civil-militar. Assim, conforme observa Garcia (2006, p. 11), a vida religiosa feminina passou de um modelo institucional rígido e conservador para uma vivência renovada, moderna e comprometida com a transformação social.

A teologia feminista, por sua vez, procurou evidenciar o papel das mulheres na Igreja, denunciando as desigualdades de gênero historicamente reproduzidas no interior da instituição. Rogers (2014) observa que muitas freiras buscavam afastar-se do controle clerical masculino, aproveitando as reformas estruturais para exercer sua vocação em espaços mais autônomos. Para muitas delas, a filantropia tornou-se não apenas

uma forma de servir, mas também de resistir e afirmar a presença feminina na esfera pública, como analisa Perrot (1994, p. 36).

Nesse contexto, as religiosas que se identificavam com os ideais progressistas da teologia da libertação e da teologia feminista tornaram-se alvo de perseguições e violências durante o regime militar. Entre elas, destaca-se a irmã Maurina Borges da Silveira (1924–2011), freira franciscana que foi presa, violentada e posteriormente exilada em decorrência de sua atuação social e política. Sua trajetória sintetiza a resistência das mulheres religiosas que, movidas pela fé e pelo compromisso com os pobres, desafiaram as estruturas de poder e o autoritarismo do período.

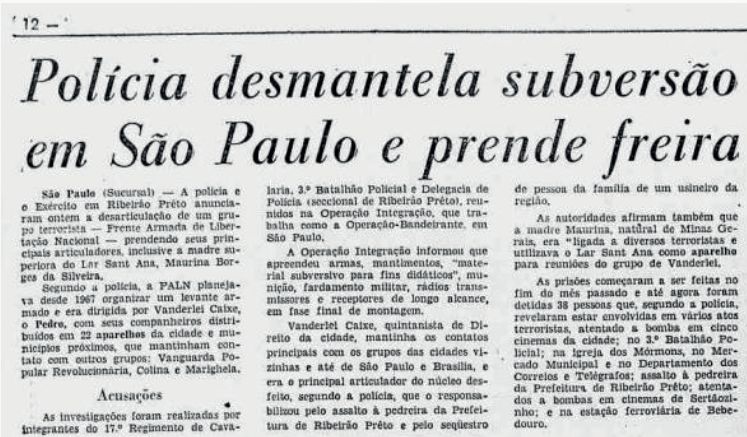
MAURINA BORGES, A FREIRA QUE SE REBELOU

Maurina Borges da Silveira (1924–2011) foi uma freira nascida na pequena cidade de Perdizes, no interior do estado de Minas Gerais. Ingressou na Congregação das Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição em 11 de janeiro de 1950, dedicando sua vida religiosa ao serviço comunitário e ao compromisso com os mais pobres. Desde os primeiros anos de vida consagrada, destacou-se pela atuação em projetos voltados à educação, à saúde e à assistência social, exercendo um papel relevante nas ações pastorais junto às populações marginalizadas. Segundo Caroline Jaques Cubas (2017), Maurina desenvolveu um intenso trabalho missionário em defesa da dignidade humana e dos direitos das camadas populares, o que a colocou em constante contato com as tensões políticas e sociais que marcaram o Brasil durante o período da Ditadura Civil-Militar. De acordo com Cubas,

Antes de assumir a direção do Lar Sant'Ana, em Ribeirão Preto, trabalhou por 10 anos no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em São Paulo, e outros 10 anos no Juvenato Coração de Jesus, em Gaspar, SC. Em 1968 assumiu finalmente a direção do Lar Sant'Ana, destinado ao cuidado e abrigo de crianças órfãs e palco dos acontecimentos que envolveram madre Maurina com a guerrilha armada (Cubas, 2017, p.1).

Na sexta-feira, 14 de novembro de 1969, a Irmã Maurina Borges da Silveira ganhou destaque nas páginas do *Jornal do Brasil*, que estampou a manchete “Polícia desmantela subversão em São Paulo e prende freira”. A matéria apresentava a religiosa como envolvida em atividades consideradas subversivas pelo regime militar, refletindo o clima de repressão e censura característico daquele período. A Figura 1, a seguir, reproduz a notícia publicada, evidenciando a forma como a imprensa da época retratou o caso e colaborou para a construção de uma imagem pública marcada pela criminalização da resistência.

Figura 1 – Jornal do Brasil noticia prisão de Irmã Maurina



Fonte: Jornal do Brasil (1969) - Hemeroteca Digital - BNDigital - Fundação Biblioteca Nacional

De acordo com a reportagem publicada pelo *Jornal do Brasil*, a freira era apontada como uma das principais articuladoras de um suposto grupo “terrorista”. Segundo a manchete, a religiosa utilizava o Lar Sant’Ana, instituição que dirigia em Ribeirão Preto (SP), como um “aparelho subversivo” vinculado a atividades contrárias ao regime. O uso do termo “subversão”, recorrente no vocabulário político e midiático da época, servia como categoria genérica para designar qualquer ação, discurso ou indivíduo percebido como uma ameaça à ordem estabelecida pelo Estado autoritário e anticomunista consolidado durante a Ditadura Civil-Militar brasileira.

A Irmã Maurina foi acusada por transformar o Lar Sant'Ana em um aparelho a serviço das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN)². Desta forma, a freira não passava de uma terrorista sob a ótica do governo brasileiro daquele período. Mais tarde, especificamente em 1970, Maurina é incluída em uma lista de presos políticos que teriam que ser banidos do Brasil, com aponta Jaques Cubas (2017):

Em março de 1970, o nome de madre Maurina foi incluído em uma lista de presos políticos a serem banidos do país, em troca de Nobuo Okuchi, consul japonês raptado por integrantes da VPR - Vanguarda Popular Revolucionária. No mesmo mês, partiu em direção ao exílio, no México, retornando ao Brasil apenas após a anistia, em 1979. Os motivos de inclusão do nome de Maurina na referida listagem são, ainda hoje, incertos. Para familiares da religiosa, a inclusão do nome de Maurina na listagem foi uma forma de propaganda política, de grupos de esquerda chamarem atenção e demonstrarem o ponto ao qual chegaram os militares no regime instaurado em 1964 (Cubas, 2017, p.7).

Evaristo Arns, frade franciscano e escritor brasileiro, afirma que o fato de Maurina ser “freira e mulher, chamava mais atenção do que tudo”. O estudioso ainda ressalta a ausência de referências sobre a vida religiosa feminina. Em entrevista a Denise de Assis, o religioso fala sobre Maurina:

‘Não foi. Está na hora de acabar com as mentiras e os boatos que rondam esse episódio. Penso que a inclusão do seu nome na lista de trocados pelo cônsul japonês se deve aos próprios militares. Eles queriam, naquele momento, demonstrar para a opinião pública o quanto a Igreja estava comprometida com a causa. Essa foi a forma de desmoralizar os religiosos, exibindo-os como terroristas, numa espécie de vingança. Ela era mulher e freira. Isso chamava atenção mais que tudo. Era como estarem dizendo: “Olha, precisamos agir, pois até as freiras já estão metidas nisso.”³

-
- 2 As Forças Armadas de Libertação Nacional, ou simplesmente FALN, foi uma organização que surgiu em São Paulo em 1967 através da inquietação de movimentos sociais locais que reuniram operários, trabalhadores rurais, estudantes e religiosos em busca de reforçar as lutas sociais que estavam sendo ameaçadas pela Ditadura brasileira. (CUBAS, 2017).
- 3 O drama de Madre Maurina. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 16 nov. 2003. p. 3

Diante das inúmeras polêmicas envolvendo o caso da Irmã Maurina Borges da Silveira e das diferentes versões sobre sua inclusão na lista de presos políticos destinados ao exílio, uma coisa era certa: Maurina não desejava deixar o Brasil. No entanto, foi forçada ao exílio e enviada para o México, onde permaneceu por catorze anos. Em 1º de julho de 1971, a religiosa chegou a receber uma autorização oficial para retornar ao país e responder aos processos decorrentes de seu banimento, mas apenas em 1979, com a revogação dos atos de banimento político, pôde efetivamente regressar.

Conforme observa Cubas (2017, p. 8-9), o retorno de Maurina ocorreu em um contexto de abertura política e de rearticulação dos movimentos sociais e eclesiais que haviam sido reprimidos durante os anos de maior endurecimento do regime militar. Após sua volta ao Brasil, a trajetória da Irmã Maurina foi marcada por um silêncio institucional e midiático, reflexo de um país que ainda lidava com as marcas da repressão e da censura.

Sua história, entretanto, simboliza a dor, a resistência e a coragem das mulheres que enfrentaram as estruturas patriarcais e autoritárias da Ditadura Civil-Militar. Ser mulher, religiosa e militante nesse contexto significava enfrentar o duplo silenciamento – imposto tanto pelo regime político quanto pela hierarquia eclesiástica masculina. Em 20 de junho de 2014, durante os trabalhos da Comissão da Verdade da Subseção de Ribeirão Preto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), novas informações vieram à tona sobre as torturas sofridas pela freira. No depoimento do frei Manoel Borges da Silveira, foi relatado que Maurina teria sido submetida a assédio sexual e torturas físicas, incluindo episódios em que seus agressores a forçaram a presenciar cenas humilhantes – ficando nus diante dela e rasgando suas vestes –, além da aplicação de choques elétricos em várias partes do corpo.

Tais relatos revelam não apenas a brutalidade do regime, mas também o caráter sexista e simbólico da violência praticada contra mulheres consideradas “subversivas”. A trajetória da Irmã Maurina, portanto, consti-

tui um símbolo de resistência feminina e religiosa frente ao autoritarismo, à misoginia e à perseguição ideológica. Sua experiência inscreve-se no conjunto de memórias silenciadas da Ditadura, evidenciando o papel das mulheres – especialmente das religiosas – na defesa dos direitos humanos, da justiça social e da dignidade das populações marginalizadas.

Maurina Borges da Silveira foi vítima de um sistema político repressivo, mas também se tornou um expoente de fé libertadora, cuja vida e sofrimento ecoam como testemunho da resistência cristã progressista no Brasil do século XX.

A história de Maurina Borges da Silveira ultrapassa os limites de uma biografia individual: ela se insere num contexto mais amplo de luta e resistência das mulheres religiosas frente ao autoritarismo do Estado e às estruturas patriarcais da Igreja. Sua experiência demonstra que, mesmo diante da repressão, a fé podia ser transformada em instrumento político e libertador. Nesse sentido, a figura de Maurina rompe com o estereótipo da freira passiva e submissa, apresentando-se como um símbolo de coragem, empatia e compromisso social.

A trajetória da religiosa também reflete as contradições internas da própria Igreja Católica durante a Ditadura Civil-Militar. Enquanto parte da hierarquia eclesiástica legitimava o regime e mantinha-se alheia às violações de direitos humanos, outro setor, inspirado pela Teologia da Libertação, aproximava-se das causas populares e dos movimentos sociais. Maurina se insere nesse segundo grupo: sua prática pastoral se orientava pelo evangelho vivido na perspectiva dos pobres e oprimidos, o que a colocou em rota de colisão com o poder militar e, em muitos momentos, com o próprio clero.

A partir dessa leitura, percebe-se que a resistência de Maurina não se limitou ao campo político, mas também se deu no campo simbólico e espiritual. Sua fé, reinterpretada à luz da justiça social, converteu-se em forma de insurgência ética contra o medo, a opressão e a desigualdade. Em um contexto em que a voz feminina era constantemente silenciada, a freira mineira transformou o testemunho de sofrimento em instrumento

de denúncia e memória. Assim, seu legado contribui para o fortalecimento da memória coletiva das mulheres que foram vítimas diretas da repressão e, ao mesmo tempo, protagonistas de uma resistência silenciosa, mas profundamente transformadora.

Desse modo, a análise de sua trajetória não apenas ilumina aspectos esquecidos da história religiosa e política do Brasil, mas também reforça a importância de se compreender as relações entre gênero, poder e espiritualidade. A memória da Irmã Maurina convoca a sociedade contemporânea a revisitar o passado com um olhar crítico e sensível, reconhecendo as múltiplas vozes que compõem a narrativa histórica. É a partir dessa reflexão que se pode transitar para a síntese final deste trabalho, que busca compreender como a vida religiosa feminina foi historicamente marcada por processos de inferiorização e silenciamento, mas também por gestos de resistência, fé e emancipação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o presente trabalho buscou elucidar como a vida religiosa feminina, especialmente no contexto brasileiro, esteve historicamente condicionada a um universo de inferiorização, controle e silenciamento, tanto no interior da Igreja Católica quanto nas estruturas sociais mais amplas. A análise da trajetória da Irmã Maurina Borges da Silveira permite compreender de forma concreta como tais mecanismos de dominação se materializaram no corpo e na vida de uma mulher religiosa que ousou transgredir os limites impostos pelo regime autoritário e pela própria instituição eclesial. O caso de Maurina é paradigmático porque revela a intersecção entre fé, política e gênero em um dos períodos mais sombrios da história brasileira.

A prisão, o exílio e as torturas sofridas pela freira demonstram o quanto as mulheres foram vítimas de uma dupla violência: a repressão estatal, de caráter político e ideológico, e a opressão patriarcal, enraizada nas instituições religiosas e civis. No interior da Igreja, Maurina representava uma

voz dissonante – uma mulher consagrada, progressista e engajada nas causas sociais – e, fora dela, era vista pelo regime como uma ameaça à ordem estabelecida. Sua atuação junto às comunidades empobrecidas e sua aproximação com os ideais da Teologia da Libertação colocaram-na sob vigilância, prisão e tortura, marcando de maneira trágica sua trajetória.

Entretanto, a memória de Maurina não se resume ao sofrimento. Ela se converte em símbolo de resistência feminina e cristã, expressando a força de um segmento de mulheres que, mesmo diante da censura e da violência, ousaram viver uma fé comprometida com a justiça social. Essas mulheres, entre elas freiras, leigas e militantes, transformaram o espaço da religião em um território de ação política, questionando o monopólio masculino da palavra e do poder dentro da Igreja e da sociedade.

Ao refletirmos sobre essa trajetória sob a ótica da História do Tempo Presente, é possível compreender que a recuperação dessas experiências não tem apenas valor memorial, mas também caráter político e pedagógico. A rememoração das vozes silenciadas pela ditadura e pela estrutura patriarcal é, em si mesma, um ato de resistência e de reinterpretação da história. Nesse sentido, a recordação da Irmã Maurina e de tantas outras mulheres religiosas assume o papel de memória ativa, que se opõe à lógica do esquecimento institucional e social.

À luz das reflexões de Maurice Halbwachs (2013), pode-se afirmar que a memória da Irmã Maurina integra aquilo que o autor denomina de “memória coletiva”. A memória, para Halbwachs, não é apenas uma faculdade individual, mas um processo que se constrói em comunidade, em diálogo com os grupos sociais que dão sentido às lembranças. A “memória coletiva” é, portanto, o resultado das interações e das partilhas simbólicas que permitem que determinados eventos – como as experiências de repressão e resistência vividas por Maurina – permaneçam vivos no imaginário social. Como explica o autor, “as lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se refiram a acontecimentos que somente nós vivenciamos, pois jamais estamos sós” (Halbwachs, 2013, p. 30).

Nesse sentido, ao reconstituirmos a trajetória da Irmã Maurina, estamos também ativando uma memória coletiva que pertence não apenas às comunidades religiosas, mas à sociedade brasileira como um todo. Essa memória é um instrumento de reparação simbólica, pois devolve à história o protagonismo das mulheres que foram, durante décadas, relegadas ao esquecimento. A construção dessa memória coletiva depende, contudo, de uma comunidade de lembrança – um conjunto de sujeitos e instituições dispostos a reconhecer, preservar e transmitir essas narrativas.

Complementarmente, o conceito de “lugares de memória”, proposto por Pierre Nora (1993), contribui para compreender como eventos como o da Ditadura Civil-Militar e as experiências de perseguição religiosa podem ser revisitados e ressignificados. Para Nora, o “lugar de memória” não se limita a um espaço físico ou material, mas pode manifestar-se através de práticas simbólicas, rituais, comemorações e, sobretudo, lembranças. Assim, a memória da Irmã Maurina pode ser entendida como um lugar simbólico de resistência, um ponto de ancoragem entre o passado e o presente, entre o esquecimento e a lembrança, entre a violência e a fé.

Os “lugares de memória” ganham especial relevância em sociedades que passaram por regimes autoritários, como o Brasil, onde a disputa pela memória é também uma disputa pelo poder de narrar a história. As lembranças de repressão, exílio, tortura e morte são constantemente ameaçadas pelo esquecimento e pela negação, seja por parte de instituições políticas, seja por discursos revisionistas que tentam minimizar as atrocidades cometidas durante o regime militar. Nessa perspectiva, visitar a história de Maurina Borges da Silveira significa romper o pacto de silêncio que ainda persiste em torno da violência praticada contra as mulheres durante a ditadura.

A memória da freira torturada e exilada transcende, portanto, o âmbito individual. Ela se inscreve em uma trama coletiva de dor e resistência, compartilhada por milhares de mulheres que, dentro e fora da Igreja, lutaram por justiça, liberdade e igualdade. Relembrar sua trajetória

é um ato político que reafirma a necessidade de reconstruir a história a partir das margens, das vozes esquecidas e dos corpos violentados.

Cabe ainda destacar que, no campo da História Social das Religiões, o caso de Maurina adquire valor analítico por revelar o modo como o discurso religioso pode ser tanto um instrumento de dominação quanto de libertação. Enquanto a estrutura hierárquica da Igreja manteve o androcen-trismo e a subordinação feminina, as freiras progressistas reinterpretaram a fé cristã como um caminho de emancipação e compromisso social. A resistência de Maurina, inspirada por valores evangélicos de solidariedade e justiça, demonstra a potência de uma espiritualidade engajada, que transforma a religião em espaço de ação política e ética.

Ao analisarmos o sofrimento da Irmã Maurina, não se trata de explorar o trauma como espetáculo, mas de reconhecer sua dimensão histórica e simbólica. As lembranças de abusos, repressões, violações, exílios e torturas que emergem de testemunhos como o seu representam experiências-limite que desafiam a narrativa oficial e exigem novas formas de escuta e interpretação. Tais memórias denunciam a violência do Estado e, ao mesmo tempo, revelam a resistência cotidiana de sujeitos que, apesar do medo e da dor, mantiveram viva a esperança de transformação.

No entanto, há dois grandes riscos associados a essas recordações: o esquecimento e o silenciamento. O primeiro se manifesta na indiferença social e institucional diante das vítimas da ditadura; o segundo, na tentativa deliberada de apagar ou deslegitimar suas vozes. Combater esses riscos exige políticas de memória que valorizem a escuta das mulheres e dos grupos marginalizados, bem como a produção acadêmica e cultural comprometida com a verdade histórica.

Assim, a história da Irmã Maurina Borges da Silveira permanece como um convite à reflexão e à responsabilidade coletiva. Ela nos interpela a pensar o papel das mulheres na construção de uma sociedade mais justa e o compromisso da Igreja com os valores humanos que transcendem qualquer poder terreno. Sua vida e sofrimento representam não apenas

uma página dolorosa do passado, mas uma memória viva, capaz de inspirar novas formas de fé, resistência e solidariedade no presente.

REFERÊNCIAS

AARÃO, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

AZZI, Riolando. (org.) **A Vida Religiosa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1983.

BELLOTTI, Karina Kosicki. Gênero e Religião. *In*: SOUZA, Sandra Duarte de. (org) **Gênero e Religião no Brasil: Ensaio Feministas**. São Bernardo do Campo: Editora da Umesp, 2007.

BRITO, Leandro N.; ARAS, Lina M. B. Aspectos históricos da vida consagrada feminina no Brasil: ser freira antes e depois do Concílio Vaticano II. Seminário Internacional Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499444781_ARQUIVO_AspectoshistoricosdaVidaConsagradaFemininaNoBrasilSerFreiraAntesedeDepoisdoConcilioVaticanoII.pdf> Acesso em: 24 de novembro de 2023.

CUBAS, Caroline Jaques. **Religiosidade, resistência e ditadura em Maurina Borges da Silveira**. XXIX Simpósio Nacional de História. p 1-7, 2017.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.

GARCIA, Martnina Maria Eudósia. **Recomposição da Vida Religiosa: Estudo das relações entre indivíduo e comunidade em congregações femininas**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2013.

LUCA, Tânia Regina de. A imprensa como fonte para a história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **A Feminilização da Filantropia**. Gênero, Niterói, vol. 15, n. 2, p. 13-18, setembro de 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NUNES, Maria José F. Rosado. **Vida Religiosa nos meios populares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

NUNES, Maria José F. Rosado. **Freiras no Brasil**. In: PRIORE, Mary Del (Org). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

PERROT, Michelle. Sair. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, M. (orgs.). **A história das mulheres no Ocidente: o século XX**. Tradução de M. H. da C. Coelho, I. M. Vaquinhas, L. Ventura e G. Mota. Porto: Afrontamento/São Paulo: EBRADIL, 1994.

ROGERS, Katherine. **Feminismo e Igreja: diálogos e resistências**. Lisboa: Paulus, 2014.